



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.407.568/0001-93, Rua Rui Barbosa, 96, Centro – Telefax (43) 3537-1212, CEP 86.385-000 – Barra do Jacaré – Paraná
E-mail: pmbj@uol.com.br

PARECER EMITIDO PELO SETOR JURÍDICO

SETOR JURÍDICO

De: Ramon Pellicer Ferri

Para: Adenilson Silva

Data: 04/02/2015

À apreciação deste Setor Jurídico, para análise e aprovação, nos termos do art. 24 da lei de licitações, sob o processo de Dispensa de Licitação, nº 02/2015, que objetiva a aquisição de Materiais Permanentes (**Leitor Digital, Pad para coleta de assinatura e Webcam**), no valor total de R\$ 2.895,00, (Dois Mil, Oitocentos e Noventa Cinco Reais).

Da análise da documentação apresentada denota-se a existência dos procedimentos necessários, conforme previsão contida no art. 24 da Lei nº. 8.666/93, já que o valor contratado não excede à R\$ 8.000,00, neste exercício 2015, somando a necessidade da aquisição em caráter de urgência, uma vez que pessoas estão procurando pelos serviços, ora paralisados por falta dos respectivos equipamentos, que por essa razão aprova-se os documentos encaminhados, encontrando-se o processo em condição de ser autorizado pela autoridade competente se assim entender conveniente à Administração Pública.

É o Parecer;

Ramon Pellicer Ferri
OAB/PR Nº 62.347
Assessoria Jurídica



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.407.568/0001-93, Rua Rui Barbosa, 96, Centro - Telefax (43) 3537-1212, CEP 86.385-000 - Barra do Jacaré - Paraná
E-mail: pmbj@uol.com.br

PARECER JURIDICO JULGAMENTO EMITIDO PELO SETOR PARA A HOMOLOGAÇÃO

SETOR JURÍDICO

De: Ramon Pellicer Ferri

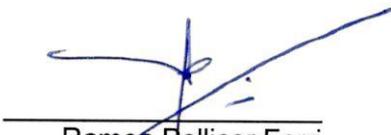
Para: Edimar de Freitas Alboneti

Data: 05/02/2015

Constam dos presentes autos a solicitação objetivando a Aquisição de Materiais Permanentes referente ha 01 Kit Imagem (Foto, Digital e Assinatura), em conformidade com o pedido do setor e orçamentos contendo a especificação do objeto do presente processo, bem como a informação referente à dotação orçamentária para a execução em tela.

Analisado o processo de Dispensa de Licitação nº 002/2015, com parecer expedido por este Setor Jurídico, tendo em vista o valor apresentado e existência de certidões do INSS e FGTS (em atendimento ao artigo 195, §3º, CF) em data de 05/02/2015, julgamos que o mesmo obedeceu aos requisitos constantes da Lei n.º 8.666/93, alterada pela Lei n.º 8.883/94 e demais complementações, encontrando-se apta para sua homologação.

É o nosso entendimento.



Ramon Pellicer Ferri
OAB/PR N° 62.347
Assessor Jurídico